

O autismo no espelho

Agnes de Brito Lima¹

Rosane Zétola Lustoza²

Nohemí Ibáñez Brown³

1 Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

2 Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

3 Doutora em Fundamentos y Desarrollos Psicoanalíticos pela Universidad Autónoma de Madrid (UAM). Psicanalista, membro da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de Psicanálise.

Em nossa cultura, existe um grande mito segundo o qual a mãe tudo sabe sobre o seu bebê, pois teria um instinto natural de cuidado. No entanto, de natural o processo de maternagem não tem nada. É, na realidade, composto por uma série de tentativas e erros, embaraços, mal-entendidos entre a mãe e o bebê. O corpo da criança é marcado, desde o início, com o olhar, com o cuidado e será, então, dotado de uma historicidade construída de forma única pela família e pelo sujeito. Soler (2013) afirma que nenhum ser humano escapa à estrutura da linguagem, já que ela nos coloniza antes mesmo do nascimento, na medida em que a família já atribuiu ao bebê – mesmo no ventre – um lugar e uma significação.

Nesse sentido, a construção de um eu e de um corpo remete aos primeiros tempos de vida do bebê e de seu relacionamento com aquela que lhe dirigiu os cuidados essenciais; ou seja, com a mãe ou com a cuidadora. Algo na criança sempre ficará marcado e isso refletirá em suas próximas relações, pois, antes de ser um sujeito, o bebê foi *um* com outro alguém. Assim, antes de desenvolver uma imagem de si, a criança se vale da imagem “emprestada” do olhar desse Outro.

As observações das interações mãe-bebê estabelecem que a comunicação é uma via de mão dupla entre aquele que recebe o cuidado e aquele que é o cuidador. Sendo assim, pode-se afirmar que a construção do eu e do corpo está longe de ser uma tarefa simples, envolvendo uma série de ruídos e embaraços.

Tendo em vista que, para qualquer sujeito, a constituição já é uma tarefa repleta de ruídos, indagamo-nos aqui sobre como esse processo de constituição do eu ocorre no autismo – se é que, de fato, ocorre. A questão justifica-se porquanto o tratamento do autismo se tornou uma pauta atual que vem recebendo atenção inédita, observável pela presença frequente do tema tanto na formulação de políticas públicas de saúde quanto na mídia ou no cenário artístico. Isso se deve ao fato de que, ao longo dos últimos anos, o número de diagnósticos de autismo disparou, principalmente, como nos alerta Laurent (2014), depois que passou a integrar a categoria de *espectro* no DSM-5 (2014).

A partir desse último manual, o transtorno do autismo passou a integrar a categoria de Transtornos do Neurodesenvolvimento, o qual, tipicamente manifesta-se na primeira infância, em geral antes de a criança ingressar no período escolar. “Os déficits de desenvolvimento variam desde limitações muito específicas na aprendizagem ou no controle de funções executivas até prejuízos globais em habilidades sociais ou inteligência” (American Psychiatric Association, 2014, p. 31). Destarte, o autismo passa a integrar a categoria de *espectro*, sendo denominado Transtorno do Espectro Autista, abrangendo outros diagnósticos anteriores, por exemplo, a Síndrome de Asperger. O diagnóstico caracteriza o autista como aquele que apresenta déficits persistentes na área da comunicação social e na interação social, assim como a falta de reciprocidade socioemocional; déficit na comunicação verbal e não verbal; padrões de comportamento restritos e repetitivos, como a ecolalia e alinhar ou girar objetos; interesses fixos; hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais. Importa frisar que nesse balaio de *espectro* cabem muitos sujeitos, quicá quase todos, pois trata-se de uma decomposição – ou, em outras palavras, da difração de um feixe luminoso.

No campo da investigação científica, por sua vez, têm sido produzidas inúmeras pesquisas, especialmente no âmbito genético, a respeito das possíveis causas do autismo – Stock (2018) elenca uma série dessas pesquisas. Algumas pontuam que há uma série de fatores genéticos que influenciariam no autismo, logo poderia se tratar de uma etiologia hereditária ou de novas mutações. Nos estudos com gêmeos idênticos, verificou-se que há 70% de probabilidade de ambos terem autismo; nos com gêmeos não idênticos, a probabilidade é de 30%; e nos com irmãos não gêmeos é de 20%. Além dessas pesquisas, outras relatam que o ambiente teria influência, como alguma infecção ou algum remédio que a mãe tomou durante a gravidez.

Já no âmbito comportamental, encontramos uma série de manuais para padronizar o tratamento da criança autista, nos quais a criança, na maioria das vezes, não tem sua singularidade respeitada. A Psicanálise, nesse contexto, tem perdido espaço por não se tratar de uma técnica objetiva que possa ser duplicada e replicada e, principalmente, por não ter um modelo uniformizado de trabalho que abarque todas as crianças autistas.

Considerando então, tanto a atualidade do tema do autismo quanto a relevância da concepção do eu na teoria freudiana, julgamos pertinente investigar como a constituição do eu se revela problemática no autismo, uma vez que tais sujeitos não parecem ter uma relação com uma imagem erotizada do corpo. Por meio do conceito do estádio do espelho, tentamos dar contorno à questão, abrindo possibilidades de intervenção nesse campo.

A constituição do sujeito no espelho

Começamos pelo início, então, mas que início seria esse? Aquele anterior ao nascimento, a partir do qual seguimos os percalços rumo à estruturação psíquica. Como Flesler (2012, p. 70) afirma, o ser humano é muito mais do que apenas um ser que está aí no mundo, vivendo, pois, sua existência começa antes mesmo de seu nascimento: “Como já dito, o traço mais destacado e relevante, característico desse modo inaugural, é a ilusão: um filho desperta uma aspiração sustentada de completude que anseia ver-se preenchida”. Por essa via, o bebê vem cobrir, de forma imaginária, algo que os pais desejam. A lógica empregada aqui é a de que há um espaço vazio naquela família e a criança surge de uma falta, mais do que necessária.

A criança vem, assim, para exercer a função de condensadora das expectativas e das fantasias daqueles que a desejam, de tal modo que o sujeito é convocado desde muito cedo a ocupar o lugar de objeto preenchedor. Importa aqui observar que a condição para a criança nascer como sujeito é que seus pais não a desejem diretamente como um objeto, mas sim que o bebê seja para eles *representante do desejo de um Outro*. Por exemplo, quando uma mãe confessa ao analista que, ao engravidar, quis dar ao avô o neto que ele não teve, ela expressa um desejo que se coloca em relação com outros desejos, inserindo assim a criança numa cadeia simbólica que a ultrapassa.

Conforme afirma Ferrari (2012, p. 306), “o projeto de um filho se concretiza, na maioria das vezes, quando falta alguma coisa ao casal. Assim, a aposta narcísica nesse projeto evidencia o renascimento da busca da completude perdida quando da constituição do seu próprio infantil”. Essa aposta narcísica refere-se à formulação de Freud a respeito do

nascimento de um bebê para uma família; quando uma criança nasce, os pais se deparam, novamente, com seu próprio narcisismo perdido ao longo do desenvolvimento. Com esse retorno, “os pais são levados a atribuir à criança todas as perfeições – que um observador neutro nelas não encontraria” (Freud, 1914/2010, p. 36). A criança é vista como perfeita, sem nem um tipo de defeito ou imperfeições, ela está no lugar de majestade (“*his majesty the Baby*”).

É importante destacar, nesse ponto, que o bebê, no momento inicial da vida, encontra-se ainda sem nenhuma coordenação e organização motora, mas isso não importa aos pais (cuidadores), pois a prematuração biológica normal dessa criança é recoberta. “Esses buracos, lugares de entrada e saída [boca, nariz, ânus], portam as marcas simbólicas que a mãe inscreve neles, desenhando, assim, a borda do objeto que essencialmente permanecerá vazio [...]” (Jerusalinsky, 1989, p. 25). O que acontece é que os pais (cuidadores), com a finalidade de manter a criança como extensão de seu narcisismo perdido, apagam, ocultam, tudo aquilo que, para qualquer outro, seria um defeito; tomam o cocô como um presente, o choro como um chamado, o olhar como um pedido, o sorriso como expressão de amor.

A mãe (o cuidador), no lugar do Outro primordial (aquele quem cuida do bebê), nomeia à criança as necessidades, sentimentos, sensações, mas para além de tudo isso supõe. Supõe o quê? Que ali há um sujeito, antes mesmo que isso seja verdade. E como a mãe faz isso? Por meio de sua palavra e olhar dirigidos à criança. A mãe não só supõe, mas, como já mencionado anteriormente, também denega a insuficiência do bebê e de seus detritos, por isso, mesmo que o bebê ainda não fale, já está ali falado pelo Outro primordial.

Melão (2008) afirma que a criança se constitui então pela palavra e “[...] a palavra vem do outro, transporta um fragmento do que há numa floresta de significantes e funda um novo falante da língua a partir desse fragmento que lhe marca o corpo” (Travaglia, 2014, p. 265). Por intermédio dessa marca, funda-se o momento mítico do significante, quando o bebê, o *infans*, enlaça o seu corpo com a linguagem. Essa operação perpassa o lugar simbólico que a criança ocupa na cadeia de significantes dos pais, isso enlaça seu corpo à linguagem, pois reordena o corpo em um sistema que não tem a ver com o biológico. As palavras enigmáticas, aqui tratadas como significantes, têm a função de reorganizar os hiatos, as lacunas da criança. Como em um jogo: o bebê deixa-se seduzir e alienar, por meio da voz, pelos significantes que o Outro primordial lhe oferece.

Cabe aqui pensar: será que todas as crianças se deixam alienar, seduzir, pelos significantes que o Outro primordial oferece? Lembremos aqui que falar supõe uma operação de *negativização* da voz, na qual a voz é apagada ou colocada entre parêntesis em proveito da significação que ela veicula. Conforme Maleval (2017), o autismo é justamente uma condição em que essa marca originária de um gozo vocal não foi extraída da fala: a satisfação com a pulsão invocante não pôde ser negada, a voz não foi posta em suspenso em prol da significação, de tal modo que, no princípio do autismo, haveria a *dissociação entre a linguagem e a voz*. Isso pode levar a criança ao extremo de não fazer uso da palavra; caso o acesso à palavra se faça, a linguagem perde todo o seu caráter de equivocidade, imprecisão, polissemia. Isso é o mesmo que dizer que a palavra perde seu caráter de significante.

Por essa via, podemos pensar que a criança autista está na borda da linguagem, todavia não faz uso dela. Por exemplo, há autistas que falam, porém de forma uniformizada: eles, muito frequentemente, não usam diferentes tons de voz para se comunicar, não se valendo assim das diferentes nuances sonoras a fim de expressar algo. Isso ocorre porque enfrentam “[...] uma dificuldade intrínseca de enlaçar os afetos e a fala” (Maleval, 2017, p. 108).

No autismo, processo semelhante ao que ocorre no campo da palavra pode também ser pensado como atingindo o registro do corpo. Para entender isso melhor, é preciso fazer um desvio e lembrar que a construção do corpo somente pode se dar mediante um percurso complexo e delicado. No processo de alienação do corpo à linguagem, sabe-se que a palavra geralmente encaminha a criança para a identificação da imagem especular. Nesse ponto, é fundamental notar que a *imagem especular aspira a representar a totalidade do sujeito*, como se tal imagem pudesse resumir a integralidade do que se é. Obviamente tal operação produz um resto, pois há uma parte de nós mesmos que não encontrará lugar na representação narcísica de si. A construção do eu somente pode se dar sob condição de excluir todo um conjunto de tendências – isso pode ir longe ao abarcar o leque amplo do que Lacan foi nomeando como “corpo despedaçado” ao longo de sua obra, e que incluía desde as desordens psicomotoras, passando pelas sensações viscerais, até chegar às pulsões.

Isso ocorre porque a constituição do corpo especular somente pode se dar graças à subtração do objeto *a* (Nicolau & Azevedo, 2019). O objeto *a* é uma letra que indexa o resto que precisou ser deixado de lado para a ereção da imagem de si. “Nota-se, dessa maneira, que o corpo não se institui somente pelo espelho, mas também por uma perda que nenhum objeto consegue restaurar” (Santos, 2022, p. 50).

É justamente aqui que se insere a nossa problemática, pois o autista seria *aquele que não constituiu uma imagem especular do corpo unificado, tendo permanecido com o corpo despedaçado*. A alienação especular supõe precisamente que o sujeito se deixe definir por uma imagem e renuncie a incluir naquela representação do seu ser tudo aquilo que tal imagem deixou de fora. Assim, do mesmo modo que falar implica a *negativização* da voz, a constituição do corpo imaginário implica a *negativização* do corpo despedaçado. A mesma operação que se verifica no campo da fala se expressa também no campo da corporeidade. E é essa operação que se encontra problematizada no autismo.

Vale salientar que, ao se assujeitar ao Outro, ao alienar-se, a criança tem um ganho, ela se torna, de certa forma, ela mesma um dos sujeitos da linguagem. Caso a criança se recuse a assujeitar-se ao Outro, tem de pagar um preço que corresponde à perda de si mesma. Essa escolha exclui a possibilidade de a criança, como indivíduo, advir como um sujeito representado pelo significante. As crianças autistas seriam, justamente, aquelas que mais se destacam como exceções pelo seu não assujeitamento aos significantes do Outro, por algum tipo de dificuldade ou mesmo recusa de assimilação de sujeição.

Segundo Laurent (2014), a não sujeição da criança autista ao Outro poderia, justamente, resultar numa falta de uma imagem especular que promova algum anteparo ao corpo da criança. Sem essa imagem, a criança não tem nada que separe o seu mundo externo do interno, não tem uma superfície que permita separar o dentro e o fora, ela permanece

misturada às coisas do mundo e aos outros. Flesler (2012) aponta que isso acontece porque, antes da formação da imagem especular, a criança está em um estado de franca prematuração motora e corporal, além de não conseguir ter a real dimensão do seu corpo para com o mundo. Portanto o corpo do bebê, assim como suas manifestações, não é, no início, considerado, de fato, seu.

Lacan (1949/1998) relata que a imagem especular do bebê no espelho tem uma eficácia simbólica para a delimitação do eu, que separa, por meio da imago do próprio corpo, aquilo que é relativo ao mundo visível daquilo que é uma alucinação e um sonho. A função da imago do corpo é, propriamente, unir o organismo à realidade, unir o mundo interno ao externo, sem que haja confusão. Esse processo é fundado pela identificação com a imagem refletida, como miragem, no espelho, onde a criança tem um júbilo e o seu corpo ainda impotente de bebê é integrado, simbolizando dois aspectos: a permanência do eu e a destinação alienante ao desejo materno. Nesse sentido, o sujeito se forma por meio do estádio do espelho, que corresponde a

[...] um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica – e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental. (Lacan, 1949/1998, p. 100).

Cabe pontuar aqui que a experiência especular constituída do corpo do bebê tem uma função extremamente importante no psiquismo da criança (Correia, 2016), pois passa a mediar o dentro (*Innenvelt*) e o fora (*Umwelt*), mundo interno e mundo externo, pois, ao criar essa separação, a criança começa a formar seu mundo subjetivo e seu próprio eu (*moi*). Todos esses processos, apesar de aparentarem ser rápidos, constroem-se aos poucos e têm seus percalços, posto que o momento de constituição imaginária do corpo também é um momento de paralisação da imagem.

O sujeito encontra-se, então, capturado por sua própria imagem, que é representante de seu corpo, de modo que é a partir dela que ele se relaciona com o mundo externo, no sentido que “o corpo ganha seu peso pela via do olhar” (Lacan, 1975/1998, p. 07). Essa imagem só se constitui porque ele, quando bebê, foi desejado pela mãe (no lugar do Outro primordial), tornando-se destinatário desse desejo.

Quando não se tem um corpo integrado e organizado pela imagem especular que foi validada pela linguagem do Outro, temos algumas tribulações, uma vez que “a linguagem tem um corpo quando a fala produz um efeito no outro [...]” (Sternick, 2010, p. 36). No caso das crianças autistas, essas tribulações se devem ao fato de que a construção dessa imagem do corpo fica prejudicada. Segundo Dolto (2015), o autista é aquele que não entrou no campo da linguagem, dos significantes, da comunicação e, portanto, percebe o próprio corpo como um corpo estrangeiro, pois não foi erogenizado e nem penetrou o campo do simbólico. Segundo a autora, isso se daria por consequência de um ponto traumático e de ruptura entre a criança e o Outro, impossibilitando a criação de laço, de troca. Devido a essa ruptura, a criança autista permanece sem diferenciar Outro, assim como o mundo, que é tido como invasor, na medida em que se faz presente o tempo inteiro, pois não é mediado por um limite corporal.

O que pode ter acontecido nesse meio do caminho que interrompeu ou impediu a criança autista de construir uma imagem especular?

A criança autista e seu caminho

Conforme dito, no autismo é possível constatar um problema na alienação ao significante trazido pelo Outro primordial. Importa assinalar que existe uma discussão teórica no campo lacaniano sobre esse ponto. Consoante levantado por Santos (2022), há divergência entre uma tese que defende que o autista se situa aquém da alienação (Soler, 1999) e outra que defende a existência de uma alienação parcial ou retida (Maleval, 2015). O aquém da alienação supõe pura e simplesmente o não ingresso no campo da alienação ou mesmo recusá-lo; ao passo que a alienação parcial implica um ingresso na alienação, mas que não foi assumida pelo sujeito. Não iremos aqui nos dedicar a arbitrar sobre a validade de tais teses, apenas assinalar que ambas apontam na direção de uma dificuldade relativa à alienação.

Essa dificuldade no processo de alienação faz com que as palavras não tomem o peso de significantes, sendo sugadas pelo peso do objeto voz. Isso por vezes pode acarretar o mutismo, mas mesmo quando existe a fala é importante notar que se trata de palavras que ficam coladas àquilo que significam, ocupando o lugar de signo (Pimenta, 2012). Isso pode ir desde a ecolalia até a formulação de sentenças complexas, no entanto nestas a tônica é a preocupação com a univocidade e a imutabilidade. A fala se torna monocórdica e trivial, pois “o uso do significante se encontra apagado em proveito do signo” (Maleval, 2015, p. 22), levando o autista a “querer interpretar a língua de maneira totalmente redutível a um sistema de regras” (Laurent, 2014, p. 50).

Todavia, mesmo que a fala seja, de certa maneira, banalizada para o autista, a linguagem continua a fazer eco em seu corpo. É isso que vemos na clínica com crianças autistas: falar aparenta ser um processo doloroso para algumas, impossível para outras e uma repetição infinita para as demais (ecolalia). Ao tapar os ouvidos, a criança tenta produzir um intervalo, silenciar a palavra, mas isso não lhe é possível, já que não há como se proteger do verbo, da demanda que vem do Outro (Lacan, 1967/2003). O autista decora a sequência do que lhe é demandado e, geralmente, não se importa em repetir diversas vezes, pois o que ele menos quer é que novas demandas lhe sejam direcionadas. A criança autista não apela para o outro, por vezes parece surda, pois não responde aos chamados; em outras, parece ter problema de visão, não olha diretamente ou olha só para alguns objetos; ou ainda, quando te olha, te “atravessa” (como se você fosse transparente ou inexistisse).

Quando a criança, segundo Flesler (2012, p. 34), tenta colocar um tampão no jogo simbólico que seria produzido em sua relação com o Outro (no sentido de a criança tentar responder àquilo que desejam dela), o significante passa a operar como signo. “Em lugar de representar o sujeito para um outro significante, representará algo para alguém, freando as novas significações para o sujeito.” Ela fica, portanto, em um lugar congelado de representações.

O que acontece no caminho do autista que o diferencia do caminho de uma criança neurótica? Ao refletir sobre o processo de constituição do sujeito, Vorcaro (1999) mostra

que a mãe, em geral, atribui ao bebê um lugar, uma significação, de modo que ele é, a princípio, seu objeto. Quando o bebê emite os primeiros sons, que são fragmentos de puro real, emitidos por um desconforto corporal, a mãe empresta sua voz a ele, pressupondo que ali há um sujeito que demanda algo dela. Aos poucos, esses sons produzidos pelo bebê passam a ser um balbúcio endereçado à mãe, que, por sua vez, a ele corresponde. Travaglia (2014) relata que é esse jogo maternal de emprestar a voz e alienar o bebê ao próprio desejo materno que possibilita mais tarde que ele assuma uma posição no ato da fala.

Essa operação ocorre porque a criança se alimenta tanto do leite materno quanto das palavras da mãe. Aqui temos um jogo: criança grita e a mãe acolhe e responde – esse ato tem a função de dar nome não só ao corpo da criança, mas também às suas sensações. Esse grito passa a ter um lugar de apelo, de pedido dirigido à mãe, sendo o primeiro movimento para representar um sujeito. “Temos aqui o par mínimo da cadeia significante: S1-S2. S1 como o substituto do grito, primeiro significante do sujeito; S2 como o significante da resposta, o significante que faz do grito mesmo um significante” (Nascimento, 2010, p. 2). Ora, uma vez que S2 opera a função de transformar S1 em um endereçamento de mensagem, então, só a *posteriori* podemos afirmar que o grito do bebê foi uma mensagem para a mãe. O grito passa a ter um sentido apenas depois de nomeado.

Como já mencionado anteriormente, é por intermédio do jogo de mensagem – apelo, resposta do Outro – que se cria/constrói um sujeito; a partir de S1, que tem, ao mesmo tempo, a capacidade de apagá-lo. O S1 articulado ao S2 carrega uma dupla função: construção e apagamento do sujeito. Quando S1 surge articulado a S2, atribui ao sujeito um lugar de sentido. Sentido sobre ele mesmo e sobre aquilo que o Outro dele recebeu. Por outro lado, a ereção do casal significante pressupõe uma *negativização*; devido a esta, aquilo que estava situado no ponto de partida sofre uma exclusão.

Caso o sujeito não se deixe alienar a esse sentido produzido na relação, tem-se a produção de um S1 sozinho. A palavra será, então, marcada em seu corpo como um signo. Aqui, a criança cai em um sem sentido da palavra (no *non-sense*) e resta a ela permanecer em silêncio – podemos observar essa conjuntura em crianças autistas (Nascimento, 2010).

Soler (2007) recorda que por mais que a criança autista não fale isso não significa que ela não seja um sujeito. Muito pelo contrário, a criança autista é de fato um sujeito justamente porque falamos com ela. Há nesse Outro, diga-se aqui, da posição do analista, uma suposição de alguns significantes que possam dar uma borda a essa criança que se encontra congelada.

A questão intrigante nesse ponto é: o que poderia levar a criança autista a não se alienar do significante e da linguagem? Segundo Laznik (2013), a introjeção da criança pela linguagem, e pelo discurso, ocorre por meio da junção e da projeção de uma imagem ou de um corpo. O hiato em qualquer uma das instâncias (da introjeção da linguagem ou da junção da imagem unificada do corpo) é responsável por gerar alguma dificuldade no desenvolvimento psíquico da criança. Nesse sentido, a criança autista é aquela que não consegue estabelecer uma imagem especular como um todo ou só, tardiamente, mediante a relação com o analista. A imagem especular é precisamente construída por

meio do estádio do espelho, aludido anteriormente, pois é ela que possibilita à criança organizar-se como um eu (como unidade) diferenciado dos objetos do mundo. Isso possibilita que futuramente a criança tenha uma base para estabelecer relações com os outros, seus pares.

Porém, conforme Laznik (2013, p. 210) articula,

[...] não é suficiente para os pais desejarem investir libidinalmente em seu bebê, é necessário que as condições simbólicas para os pais investirem estejam presentes e que o fantasma seja inteiramente favorável a ele. O bebê também deve prestar atenção. Este bebê deve também ser capaz de realizar um gesto, um olhar em direção aos pais para que eles possam sentir a existência como pais. Infelizmente, a minha clínica com bebês no início do autismo me ensina que eles olham para ninguém.

A citação remete ao fato bem conhecido entre os clínicos de que as crianças autistas pequenas não olham e, também, não atendem quando chamadas – constantemente olham para o nada ou apenas para objetos. A pergunta aqui é: o que aconteceu que pode concorrer para esse resultado? Quando a autora diz ser necessário que os pais invistam, mas também que o bebê preste atenção, pode-se extrair daí uma indicação valiosa a fim de evitarmos a busca de uma causalidade linear. Até porque não se sabe precisar exatamente o que acontece com relação a esse não olhar enquanto ainda são bebês, nem se sabe dizer o que aconteceu primeiro: se a criança não olhou ou se os pais não a olharam. O que é pertinente dizer é que ambos – o movimento da criança e o do Outro – são fundamentais para o estabelecimento da imagem especular, pois a criança deve olhar para os pais a fim de confirmar aquilo que ela vê no espelho, no olhar deles; estes, por sua vez, têm de olhar para a criança e confirmar, por meio das palavras, sua integridade e potência corporal. Os pais cuidam e investem libidinalmente na criança, que deve retribuir a isso com pequenos gestos e movimentos, demonstrando que está ali.

O que acontece com as crianças autistas é que nem esse primeiro movimento é estabelecido, elas não dão nenhum retorno aos investimentos paternos e, ao mesmo tempo, não se alienam da imagem especular. Novamente, a razão para isso nos coloca no plano do insondável: talvez elas não tenham dado nenhum retorno aos investimentos parentais, ou talvez elas não os tenham recebido de forma suficiente. Trata-se de uma equação com duas variáveis, das quais a etiologia pode ser inclusive uma combinação de ambos os fatores. De qualquer forma, importa enfatizar que não se busca jamais culpar a criança ou os pais, já que a posição da Psicanálise é que as condições subjetivas de cada um são um limite que deve sempre ser considerado e respeitado.

Ferreira e Vorcaro (2017) enfatizam que o autista neutraliza a busca de satisfação do Outro primordial, mantendo-se à margem para não ser aniquilado. Quando não há uma imagem especular formada, corre-se o risco constante de desintegração psíquica do corpo e, nesse sentido, a criança autista fecha-se em si mesma para sua própria proteção, assim como recusa-se a assumir a posição de objeto que falta ao Outro. Por essa via, todas as tentativas de investimentos do Outro são barradas pelo sujeito autista, que se retrai.

Nesse mesmo caminho, Laznik (2013) afirma, a partir de suas observações clínicas, que a criança autista se constitui em um tempo lógico anterior às inscrições subjetivas. A autora

o faz mediante observação e análise de inúmeros vídeos familiares de crianças que, posteriormente, foram diagnosticadas com autismo. Nesses vídeos, Laznik (2013) pôde verificar que, apesar de muito investimento e zelo das mães e dos pais, as crianças não pareciam corresponder às expectativas parentais. Os bebês parecem não ouvir, não retribuindo o chamado dirigido a eles, gerando cansaço nas mães e nos pais, que diminuem as tentativas de interação ou param de convocar o bebê a interagir com eles. Essa não resposta dos bebês autistas é motivada pelo fato de o Outro se apresentar como uma presença maciça, insuportável, que deve ser evitada.

As crianças autistas “são como que perseguidas pelos signos da presença do Outro: muito particularmente por dois objetos: o olhar e a voz” (Soler, 2007, p. 69). A presença das pessoas para essas crianças é invasiva, pois sempre há uma relação de demanda e apelo do Outro para com elas, o que é intolerável. Elas estão fora da troca com esse Outro, fora do eixo da demanda. Elas não chamam alguém, não apelam pela presença do Outro e, ao recusá-lo, organizam-se pela ausência de uma dimensão de apelo e não respondem ao ser convocadas.

Todas essas questões aqui referenciadas podem ser observadas no trabalho clínico com crianças autistas por meio da indiferença que demonstram ter à própria imagem refletida no espelho, ou ainda por fazerem caretas, em qualquer lugar que mostre o reflexo, não como uma forma de se entreter, mas sim devido à surpresa a cada mudança facial. Além disso, essas crianças, quando estabelecem uma relação com alguém, fazem uso do corpo deste para executar seus próprios movimentos, como pegar com a mão da acompanhante terapêutica a lancheira e, depois, ainda com a mão dela, levar a comida à própria boca. Esses dois exemplos ilustram a falta da constituição ou consolidação de uma imagem especular, uma vez que sem ela a criança não consegue perceber que a própria imagem lhe pertence, assim como não tem noção da separação do seu corpo e do corpo da acompanhante. Está tudo misturado e o outro acaba no lugar de extensão desse corpo.

Trabalhar no dia a dia com crianças autistas exige muito do analista. É uma clínica cansativa, posto que realmente exige que o analista trabalhe com seu corpo em constante movimento; é uma clínica de detalhes, o analista tem de estar atento a qualquer sinal que o autista lhe dê sobre aquilo que está vivenciando; é também uma clínica que exige do analista luto de sua demanda histórica, tendo em vista que o autista não entra na dialética da demanda; é, por fim, uma clínica cujo mínimo progresso – por exemplo, a criança brincar com uma palavra (rir, cantar com ela) –, para o analista, é uma grande conquista. Cabe, enfim, ao analista não ser aquele que sempre apela ao autista –, mas sim ser aquele que o acolhe em sua diferença, em sua própria necessidade. Em suma, que consiga apreender as coordenadas que o próprio autista lhe transmite para construir e prosseguir o tratamento.

Considerações finais

É cogente, então, pensar: o que o trabalho clínico pode possibilitar à criança autista nesse cenário? Primeiramente, o trabalho do analista com a criança autista deve ensejar a ela criar maneiras de tratar e mediar sua relação com o Outro, que é percebido por ela, inicialmente, como uma ameaça à sua existência, já que não há um limite corporal que a

separe do mundo. “Toda a sua construção [do corpo] se encaminha para lhe instaurar uma borda que venha a demarcar um tênue limite entre exterior e interior” (Pimenta, 2012, p. 194). O trabalho psicanalítico visa fazer com que a criança possa estar na presença de outros sem se angustiar; além disso, garantir que a demanda do Outro não se apresente como uma ameaça à existência do autista.

Pode-se observar, em grande parte dos casos, que o autista é aquele que justamente não conseguiu constituir ou consolidar sua imagem especular e se angustia ao receber os significantes vindos do Outro primordial (aqui nos referimos aos pais). Sem um corpo delimitado, o autista está a esmo, à deriva. Fecha-se em si mesmo como em uma concha para defender-se do mundo, que para ele é ameaçador, aniquilador. O analista deve ser criterioso ao cuidar do autista para não se colocar em um lugar de onipotência, não supor que tudo sabe sobre o autismo, mas sim ter cuidado e atenção para todas as possíveis construções de recursos para estar no mundo com menos angústia. Em outras palavras, diminuir no autista o sofrimento que é estar no mundo sem bordas, sem limites.

Referências

- American Psychiatric Association – APA. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5* (5a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- American Psychiatric Association – APA. (2002). *Manual diagnóstico e estatístico das perturbações mentais: DSM-IV-TR*. (4a ed.). Lisboa: Climepsi Editores.
- Correia, N. L. (2016). *Da ausência do olhar do outro à ausência do limite corporal: sobre a fragmentação corpórea no autismo*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Recife, Pernambuco.
- Dolto, F. (2015). Curar os autistas: aprender dos psicóticos. In F. Dolto. *A causa da criança*. São Paulo: Ideias & Letras.
- Ferrari, A. G. (2012). Sintoma da criança: atualização do processo constitutivo parental?. *Tempo psicanalítico*, 44(2), 299-319. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v44n2/v44n2a04.pdf>.
- Ferreira, T., & Vorcaro, A. (2017). *O tratamento psicanalítico de crianças autistas: diálogo com múltiplas experiências*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Flesler, A. (2012). *A psicanálise de crianças e o lugar dos pais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Freud, S. (2010). *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos [1914-1916]*. São Paulo: Companhia da Letras. (Texto originalmente publicado em 1914/1916).
- Jerusalinsky, A. (1989). *Psicanálise e desenvolvimento infantil: um enfoque transdisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Lacan, J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In J. Lacan. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra originalmente publicada em 1949).

- Lacan, J. (2003). Alocução sobre as psicoses da criança. In J. Lacan. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra originalmente publicada em 1967).
- Lacan, J. (1998). Conferência de Genebra sobre o sintoma. *Opção Lacaniana: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, (23), 6-16. (Conferência originalmente proferida em 1975).
- Laurent, É. (2014). *a batalha do autismo: da clínica à política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Laznik, M.-C. (2013). *A voz da sereia: o autismo e os impasses na constituição do sujeito* (2a reimpr.). Salvador: Ágalma.
- Maleval, J.-C. (2015). Por que a hipótese de uma estrutura autística?. *Opção Lacaniana: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, 6(18), 1-40. Recuperado de http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_18/Por_que_a_hipotese_de_uma_estrutura_autistica.pdf.
- Maleval, J.-C. (2017). *O autista e sua voz*. São Paulo: Blucher.
- Melão, M. S. (2008). A escrita e a constituição do sujeito: um caso de autismo. *Estilos da Clínica*, 13(25), 94-117. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v13n25/a07v1325.pdf>.
- Nascimento, M. B. (2010). Alienação, separação e a travessia do fantasma. *Revista Estudos Lacanianos*, 3(4). Recuperado em 15 julho, 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-07692010000100009&lng=pt&tlng=pt.
- Pimenta, P. R. (2012). *O objeto autístico e sua função no tratamento psicanalítico do autismo*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais.
- Santos, P. H. A. (2022). *Implicações da puberdade no autismo*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Alagoas.
- Soler, C. (1999). Autismo e paranoia. In S. Alberti (Org.). *Autismo e esquizofrenia na clínica da esquizo* (pp. 219-232). Rio de Janeiro: Marca d'Água.
- Soler, C. (2007). *O inconsciente a céu aberto da psicose*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Soler, C. (2013). A oferta, a demanda e a resposta. *Revista de Psicanálise Stylus*, 26, 15-32.
- Sternick, M. (2010). A imagem do corpo em Lacan. *Reverso*, 32(59), 31-38. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/reverso/v32n59/v32n59a04.pdf>.
- Stock, A. (2018). Quais são as teorias e as pesquisas sobre as possíveis causas do autismo. *BBC News Brasil*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43577510>.
- Travaglia, A. A. S. (2014). Autismo e os primórdios da palavra: pulsão invocante, corpo e linguagem. *Estilos da Clínica*, 19(2), 263-276. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v19n2/a03v19n2.pdf>.

Vorcaro, A. M. R. (1999). Transferência e interpretação na clínica com crianças autistas e psicóticas. *Estilos da clínica*, 4(7), 52-73. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v4n7/06.pdf>.

Resumo

O presente artigo investiga a operação da constituição do sujeito no autismo com base no conceito do estágio do espelho, desenvolvido e modificado por Lacan. O diagnóstico de autismo está aumentando de forma exponencial desde a nova classificação do DSM-5, a partir da qual tornou-se um espectro. Todavia, na Psicanálise, há uma maneira distinta de elaborar esse diagnóstico, que passa por uma série de observações clínicas de como a criança se relaciona com os pais ou cuidadores, com seu próprio corpo e com as palavras; sendo que o corpo e as palavras têm uma íntima relação na constituição subjetiva. O trabalho do analista está em construir uma borda nesse corpo, a fim de que a criança possa tratar e mediar sua relação com o Outro.

Palavras-chave: Autismo. Estádio do espelho. Imagem especular. Corpo. Psicanálise.

Autism in the Mirror

Abstract

This article investigates the constitution of the subject with autism based on the concept of mirror stage, developed and modified by Lacan. The diagnosis of autism has been increasing exponentially since the new DSM-5 classification, from which it started to be considered a spectrum. However, in psychoanalysis, there is a different way of elaborating this diagnosis, which involves a series of clinical observations of how the child relates to their parents or caregivers, to their own body and to words. Considering that the body and words have an intimate relationship in the subjective constitution. The analyst's work is to build an edge in this body, so that the child can deal and mediate his relationship with the Other.

Keywords: Autism. Mirror stage. Mirror image. Body. Psychoanalysis.

L'autisme dans le miroir

Résumé

Cet article interroge le fonctionnement de la constitution du sujet dans l'autisme selon le concept de stade du miroir, développé et modifié par Lacan. Le diagnostic d'autisme augmente de façon exponentielle depuis la nouvelle classification DSM-5, à partir de laquelle il est devenu un spectre. Cependant, en psychanalyse, il existe une manière différente de l'élaborer, qui passe par une série d'observations cliniques concernant la relation que l'enfant entretient avec ses parents ou avec une autre personne qui l'a légalement en charge, aussi avec son propre corps et avec les mots. Étant donné que le corps et les mots ont une relation intime dans la constitution subjective. Le travail de l'analyste est de construire un bord dans ce corps, afin que l'enfant puisse gérer et médiatiser sa relation avec l'Autre.

Mots clés: Autisme. Stade du miroir. Image miroir. Corps. Psychanalyse

Autismo en el espejo

Resumen

Este artículo investiga el funcionamiento de la constitución del sujeto en el autismo a partir del concepto del estadio del espejo, desarrollado y modificado por Lacan. El diagnóstico de autismo está aumentando exponencialmente desde la nueva clasificación DSM-5, a partir de la cual se convirtió en un espectro. Sin embargo, en psicoanálisis existe una forma diferente de elaborar este diagnóstico, que implica una serie de observaciones clínicas de cómo el niño se relaciona con los padres o cuidadores, con su propio cuerpo y con las palabras. Ya que, el cuerpo y las palabras tienen una íntima relación en la constitución subjetiva. El trabajo del analista es construir un borde en este cuerpo, para que el niño pueda lidiar y mediar su relación con el Otro.

Palabras clave: Autismo. Estadio del espejo. Imagen en el espejo. Cuerpo. Psicoanálisis.